

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUANTO À FITOTERAPIA E O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

TRAINING OF PROFESSIONALS IN PHYTOTHERAPY AND THE USE OF MEDICINAL PLANTS IN PRIMARY HEALTH CARE: A LITERATURE REVIEW

Fernando Aucco Marim¹, Alessandra Nunes Do Nascimento Melo², Isabela Venâncio Moreno Dos Santos³, Lidiane Ramos Dos Santos⁴, Maria Rosa Pocaia Da Cruz⁵

¹Docente do Curso Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, fermarim97@gmail.com; ²Graduando em Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, alessandradosmotog@gmail.com; ³Graduando em Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, isabelavenancio331816@gmail.com; ⁴Graduando em Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, lidigoanami@gmail.com; ⁵Graduando em Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, pocaiamaria122@gmail.com

RESUMO- Este estudo aborda a capacitação dos profissionais da saúde quanto à fitoterapia e ao uso de plantas medicinais, ressaltando a importância do conhecimento técnico e científico para a aplicação segura e eficaz dessas terapias. Considerando a crescente busca por tratamentos naturais, o trabalho evidencia a necessidade de qualificação dos profissionais, especialmente farmacêuticos, a fim de assegurar o uso adequado e responsável das plantas medicinais. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em bases de dados científicas, com o objetivo de analisar publicações relevantes sobre o nível de conhecimento dos profissionais da saúde, os desafios enfrentados na prática clínica e a importância da capacitação em fitoterapia. A análise do material selecionado revelou que, embora haja um interesse crescente pelo uso de terapias naturais, muitos profissionais ainda apresentam lacunas em sua formação quanto à fitoterapia. Verificou-se também que a ausência de uma formação específica e continuada pode comprometer a segurança e a eficácia no uso dessas terapias. Por outro lado, estudos indicam que programas de capacitação voltados para o uso de plantas medicinais promovem ganhos significativos na qualidade do atendimento prestado aos pacientes. Conclui-se que a capacitação dos profissionais da saúde em fitoterapia é essencial para a promoção de práticas seguras e eficazes. O investimento em formação técnica e científica contribui diretamente para a qualificação do atendimento clínico e para o aconselhamento mais responsável aos pacientes, fortalecendo o uso racional de plantas medicinais na saúde pública e privada.

PALAVRAS-CHAVE: Medicamentos Fitoterápicos. Fitoterapia. Uso de Plantas Medicinais.

ABSTRACT- This study addresses the training of health professionals in phytotherapy and the use of medicinal plants, highlighting the importance of technical and scientific knowledge for the safe and effective application of these therapies. Considering the growing search for natural treatments, the study highlights the need for professionals, especially pharmacists, to be trained to ensure the proper and responsible use of medicinal plants. This is a qualitative study, carried out by means of a bibliographic review of scientific databases, with the aim of analyzing relevant publications on the level of knowledge of health professionals, the challenges faced in clinical practice and the importance of training in phytotherapy. Analysis of the selected material revealed

that although there is growing interest in the use of natural therapies, many professionals still have gaps in their training in phytotherapy. It was also found that the lack of specific and ongoing training can compromise the safety and efficacy of the use of these therapies. On the other hand, studies indicate that training programs focused on the use of medicinal plants promote significant gains in the quality of care provided to patients. It can be concluded that training health professionals in herbal medicine is essential for promoting safe and effective practices. Investment in technical and scientific training contributes directly to the qualification of clinical care and more responsible counseling for patients, strengthening the rational use of medicinal plants in public and private health.

KEYWORDS: Herbal medicines. Phytotherapy. Medicinal plant use.

1. INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico é uma prática ancestral, presente em diferentes culturas ao longo da história. No Brasil, essa tradição foi incorporada à medicina popular por meio de influências indígenas, africanas e europeias, formando um repertório de saberes que ainda hoje permeia o cotidiano de diversas comunidades (Ribeiro, 2015). Reconhecendo a importância dessa prática, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a incentivá-la formalmente desde 1978, especialmente em países em desenvolvimento, com destaque para a Atenção Primária à Saúde (APS) (Gonçalves et al., 2022). Em consonância com esse movimento, o Brasil instituiu, em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), com o intuito de integrar práticas tradicionais e científicas no Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo o uso racional da fitoterapia (Haraguchi et al., 2020; da Gloria Dutra, 2009).

Fitoterápicos são medicamentos originários de plantas, usados com propósito medicinais para promover a saúde. São classificados como naturais, porém não totalmente inofensivos (Ministério da Saúde). O papel de garantir a eficácia e segurança para que sejam inseridos no mercado parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, 2022). De acordo com a legislação sanitária brasileira, sua obtenção advém exclusivamente de matérias-primas ativas vegetais (Carvalho et al., 2008). O uso desses ativos vem de uma prática milenar que começou como o uso de Plantas medicinais, com fins de prevenir e curar doenças, é uma prática utilizada até os dias de hoje (Costa, 2021).

A Fitoterapia utiliza plantas como base de tratamento. Os fitoterápicos podem ser usados natural (colhidas frescas, secas e embaladas) ou processados, no qual são desenvolvidos na indústria. Podendo ser também manipulados em farmácias de manipulação ou nas Farmácias Vivas do SUS, quando industrializados, os medicamentos fitoterápicos passam a ser produtos tradicionais fitoterápicos (Ferreira et al., 2019).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em estudos, apresentou que 80% da população mundial já utilizou de recursos a base de plantas medicinais para suprir necessidades de assistência médica na atenção primária (Agência Funcap, 2011). Assim denota-se a partir dos dados que a indústria de fitoterápicos segue um padrão de produção e distribuição próximo da indústria de medicamentos sintéticos (Carvalho, 2008).

Apesar do marco normativo e do reconhecimento oficial, diversos estudos revelam fragilidades na implementação efetiva dessas políticas. Uma das principais limitações identificadas é o conhecimento insuficiente dos profissionais da saúde sobre o uso seguro e eficaz dos fitoterápicos, bem como sua integração à prática clínica (Nascimento Junior et al., 2016; Dutra, 2009). Em Blumenau-SC, por exemplo, embora 96,2% dos profissionais da Estratégia Saúde da Família acreditem nos efeitos terapêuticos das plantas medicinais, 85,4% desconhecem sua inclusão na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Mattos et al., 2018). Em Petrolina-PE, a situação é semelhante: apenas 36,5% dos profissionais se sentem preparados para prescrever fitoterápicos (Nascimento Júnior et al., 2016).

Além disso, o uso de fitoterápicos não está isento de riscos. Estudos apontam a possibilidade de toxicidade, interações medicamentosas e complicações clínicas, sobretudo quando seu uso não é comunicado aos profissionais de saúde ou realizado sem orientação adequada (Destro et al., 2006; Gonçalves et al., 2022). Ainda assim, experiências como a capacitação de profissionais da rede pública de São Paulo demonstram que ações educativas podem ampliar significativamente o uso seguro e eficaz dessas terapias, promovendo atividades como hortas medicinais e rodas de chá, além da ampliação da prescrição de fitoterápicos (Haraguchi et al., 2020).

Mattos et al. (2018) relata que boa parte dos profissionais da saúde, por não terem recebido capacitação sobre a Fitoterapia, possuem conhecimento limitado sobre fitoterápicos, tornando-se inaptos a orientar e tirar dúvidas do paciente quanto o uso de tratamentos a base de fitoterápicos, seus mecanismos de ação, indicações terapêuticas, interações medicamentosas e efeitos adversos. Por sua vez, parte das plantas medicinais já analisadas em todas as etapas de pesquisa foram julgadas suficientes, comprovando sua eficácia, o que permite sua inclusão no arsenal de medicamentos dos profissionais de saúde.

A utilização de plantas medicinais no Brasil é facilitada pela grande diversidade vegetal e o baixo custo ligado a medicamentos fitoterápicos, o que chama a atenção dos programas de assistência à saúde e dos profissionais. Mesmo com inúmeros estudos sobre a eficiência das plantas medicinais, suas possíveis indicações e efeitos adversos, a literatura científica se mostra pobre no sentido de entender quais são seus benefícios como estão sendo usadas, e de que forma conseguira capacitar os profissionais para orientar sobre a utilização dessa medicina integrativa no SUS. A aceitação desta prática aumentaria os recursos para prevenção e tratamento de agravos de doenças que atingem a população, garantindo acesso seguro, eficaz e de qualidade às plantas medicinais e aos fitoterápicos, na expectativa da integralidade na atenção à saúde. (Ribeiro, 2015).

Apesar do aumento nas buscas por integrativas medicamentosas, os estudos acerca da fitoterapia ainda são precários no Brasil, fazendo-se ainda necessárias pesquisas nesta área, de modo a ampliar o conhecimento dos profissionais e estudantes da saúde, auxiliando e tornando mais sólidas as bases de segurança e eficácia para implementação das práticas fitoterápicas no SUS (Carvalho et al., 2008). Dessa forma, o estudo se sustenta em abordar como a fitoterapia está sendo usada; benefícios que possa vir a oferecer ao Sistema Público de Saúde; capacitação dos profissionais quanto ao uso desses medicamentos e orientações aos usuários, além de mostrar a importância da fitoterapia e a necessidade da capacitação de profissionais, buscando eficiência e domínio do assunto ao se tratar de orientação a população em geral, pois a população confunde a fitoterapia com o uso de plantas medicinais, uma vez que a consciência popular consiga reconhecer a eficácia e legitimidade desta modalidade terapêutica.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e abordagem retrospectiva, com recorte temporal dos últimos 12 anos. A investigação foi conduzida por meio da análise de publicações científicas disponíveis em bases de dados reconhecidas, como o portal do Ministério da Saúde, a biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o repositório acadêmico Google Acadêmico.

A seleção do material bibliográfico foi orientada pela aplicação de palavras-chave específicas, a saber: "medicamento fitoterápico", "fitoterapia" e "plantas medicinais". Essas palavras foram escolhidas por estarem diretamente relacionadas ao tema central da pesquisa e por favorecerem a identificação de estudos relevantes na área de interesse.

Como critérios de inclusão, consideraram-se apenas os artigos completos, publicados em língua portuguesa, veiculados em revistas científicas revisadas por pares, e que apresentassem relação direta com os objetivos propostos pelo estudo. Foram inicialmente encontrados 45 artigos. No entanto, após a leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, do texto integral, apenas 15 publicações foram selecionadas por atenderem plenamente aos critérios estabelecidos e por estarem em consonância com a proposta metodológica e os objetivos deste trabalho.

A análise dos artigos selecionados permitiu a construção de um panorama atual sobre o uso de medicamentos fitoterápicos e a prática da fitoterapia, com ênfase nas plantas medicinais, possibilitando, assim, uma compreensão crítica dos avanços e desafios presentes na temática abordada.

3. JUSTIFICATIVA

A crescente procura por terapias naturais e alternativas tem impulsionado o uso de plantas medicinais e da fitoterapia na prática clínica. Nesse contexto, torna-se fundamental a capacitação adequada dos profissionais da saúde, em especial dos farmacêuticos, para assegurar a aplicação segura, eficaz e embasada cientificamente dessas práticas terapêuticas. No entanto, ainda são evidentes lacunas no conhecimento técnico e científico desses profissionais quanto ao uso correto das plantas medicinais, o que pode comprometer a segurança do paciente e a qualidade do atendimento.

O trabalho justifica-se pela necessidade de investigar o nível de conhecimento dos profissionais em saúde relacionado a fitoterapia, identificar os principais desafios enfrentados no exercício profissional e destacar a importância da qualificação contínua para promover o uso racional e seguro das terapias naturais. A relevância desta pesquisa também está alinhada com as normas da saúde pública que incentivam práticas integrativas e complementares, contribuindo para uma atenção farmacêutica mais humanizada e resolutiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 1 estão apresentados os artigos científicos pesquisados para compor o presente trabalho, assim como, o título, autores, objetivos e conclusões de cada um dos artigos utilizados para compor o trabalho. O fluxograma apresentado na figura 1 esboça a descrição da pesquisa.

4.1 RESULTADOS



Fluxograma: método usado para seleção de artigos.

TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO	CONCLUSÃO
Percepção dos enfermeiros da APS sobre o uso da fitoterapia no tratamento complementar das DCNTs	Victor Emanuel da Silva Moraes; Isadora Sayonara Ferreira Coelho; Camilla Lohanny Azevedo.	Os enfermeiros compreendem dando atenção Primária à Saúde (APS) e utilizando a fitoterapia no cuidado com doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs).	Existe a falta de formações adequada e desinteresse em incluir a fitoterapia no currículo, é necessário uma capacitação e mais investimento como pesquisas para expandir os usos e a eficácia da fitoterapia
Disponibilidade de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais nas unidades de atenção básica do Estado de São Paulo: Resultados do Programa Nacional de Melhoria do	Maria do Carmo Gullaci Guimarães Caccia-Bava	Disponibilidade e utilização de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais nas unidades de atenção básica do Estado de São Paulo.	Ainda é limitada os medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais. Além disso, os medicamentos fitoterápicos industrializados são mais utilizados do que as drogas vegetais ou medicamentos manipulados.



Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ)			
Estudo da utilização no pré-operatório de medicamentos ou drogas fitoterápicas que alteram a coagulação sanguínea	Marco Willians Baena Destro	Este artigo tem objetivo de compreender os riscos que estão associados de substância medicamentos fitoterápicas ou drogas que tenha potencial de interferir na coagulação sanguínea, com foco no pré-operatório, e se é segura para os pacientes durante as cirurgias.	Existe uma alta frequência do uso de medicamentos fitoterápicos os quais interferem na coagulação sanguínea dos pacientes em pré-operatório. Por tanto é importante investigar o uso dessas substâncias para diminuir riscos médicos e implicações legais.
Situação do registro de medicamentos fitoterápicos no Brasil	Ana C. B. Carvalho; Evelin E. Balbino; Artur Maciel; João P. S. Perfeito.	Avaliação de registro de medicamentos fitoterápicos no Brasil, destacando os avanços, desafios e limitações legais e regulatórias que impactam o desenvolvimento desse setor. O estudo busca fornecer uma visão geral das políticas públicas e regulamentações aplicadas ao registro desses medicamentos no país.	Ainda existem barreiras significativas para o registro de medicamentos fitoterápicos no país. É necessário critérios mais claros e específicos, mais apoio em pesquisas relacionada a fitoterápicos, também investimentos para fortalecer esse setor para uso mais seguro.
Competitividade e mudança institucional na cadeia produtiva de plantas medicinais no Brasil	Waldecy Rodrigues	A competitividade sistêmica do setor, considerando os entraves burocráticos e institucionais, como a (PNPIC) e a (PNPMF), podem contribuir para melhorar a competitividade e promover o desenvolvimento sustentável do setor.	A cadeia produtiva de plantas medicinais enfrenta desafios significativos, como entraves burocráticos e institucionais. Com a aprovação de políticas públicas como a PNPIC e a PNPMF, além da criação da categoria de produtos tradicionais fitoterápicos pela ANVISA, espera-se uma melhoria na competitividade sistêmica do setor.
Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais	Gerson Mattos	Avaliar a percepção dos profissionais de saúde sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos como terapias complementares na atenção primária à	Mesmo que os profissionais de saúde reconheçam o potencial terapêutico das plantas medicinais e fitoterápicos, muitos não os prescrevem devido à falta de capacitação e conhecimento sobre sua

		saúde (APS).	regulamentação.
Plantas medicinais, fitoterápicos e saúde pública: Um diagnóstico situacional em Anápolis, Goiás	Maria da Glória Dutra	A maioria dos profissionais desconhecia, evidenciando a necessidade de capacitação. Apenas uma pequena parcela dos profissionais utilizava essas práticas no atendimento.	O uso de plantas medicinais e fitoterápicos na saúde pública de Anápolis enfrenta a necessidade de ações educativas e estruturais para promover a integração eficaz dessas práticas no Sistema Único de Saúde (SUS).
Impacto da Capacitação de Profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia	Linete Maria Menzenga Haraguchil	Analisar como o treinamento de profissionais da saúde pública influencia a aceitação e o uso de fitoterapia.	o treinamento de profissionais de saúde é fundamental para integrar a fitoterapia à saúde pública. Ele aumenta o conhecimento, melhora a aceitação e promove o uso de medicinais no atendimento
Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil.	Nascimento Júnior, B.J.; Tinel, L.O.; Silva, E.S.; Rodrigues, L.A.; Freitas, T.O.N.; Nunes, ; Amorim, E.L.C.	Muitos profissionais não estão preparados para aplicar práticas, destacando a necessidade de capacitação para garantir um uso seguro e eficaz na atenção primária à saúde.	A falta de capacitação dos profissionais de saúde dificulta o uso seguro e eficaz de plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária. É necessário treinamentos e políticas para integrar essas práticas no sistema de saúde.
Riscos da automedicação: uma breve revisão bibliográfica	Lucas Patrick Alves Silva	Fala sobre riscos de se automedicação, e problemas como intoxicação, interações medicamentosas adversas, resistência bacteriana e agravamento de doenças.	Ele busca conscientizar sobre o uso responsável de medicamentos para prevenir consequências negativas à saúde. E o risco da automedicação.
Conhecimento popular do uso de plantas medicinais por idosos	Amanda de Souza Vieira	Uso de plantas medicinais por idosos, eles utilizam regularmente, e muitas vezes sem orientação profissional.	Por essa falta de orientação, destaca importância de incluir esse conhecimento na saúde pública.
Plantas medicinais e tecnologias sociais para o desenvolvimento local na Amazônia: a experiência do estado do Amapá	Armando Eduardo de Souza	Como o uso de plantas medicinais podem ajudar no desenvolvimento sustentável no estado do Amapá, na Amazônia.	Como as plantas e a tecnologia pode ajudar nesse estado do Amapá e ressalta as estratégias modernas, contribuindo para a preservação de biodiversidade e melhorando a qualidade de vida local.
A importância da formação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso de	Nayane Dias de Souza	A necessidade de capacitar os profissionais de enfermagem para o uso de fitoterápicos e	Formação dos profissionais e a necessidade de incluir nos currículos proporcionando um cuidado na saúde mais integrado e

fitoterápicos e plantas medicinais: uma revisão sistêmica		plantas medicinais.	sustentável, e ampliar as formas terapêuticas disponíveis.
Terapêutica com plantas medicinais: percepção de profissionais da Estratégia de Saúde da Família de um município do agreste pernambucano	Valdenice A. de Menezes; Ana Gabriela P dos Anjos, Mayara R.D Pereira; Angélica F Leite; Ana F.G Garcia.	Percepção dos profissionais sobre uso das plantas medicinais, nas estratégias da saúde da família.	Os profissionais reconhecem a importância das plantas medicinais na saúde da família, mas encontram desafios na integração dos recursos na atenção básica.
Plantas medicinais na atenção primária à saúde: riscos, toxicidade e potencial para interação medicamentosa	Rodrigo Noll Gonçalves	Analisar os riscos em usar plantas medicinais na saúde.	As plantas medicinais podem trazer riscos como toxicidade, é necessário a conscientização dos profissionais, para que seja utilizado de forma segura.

Tabela 1: Resumo dos artigos selecionado.

4.2 DISCUSSÃO

Políticas Públicas e Territorialidade

O Brasil possui uma das maiores biodiversidades do mundo. Apesar disso, o país continua sendo um grande importador de produtos relacionados às plantas medicinais. Esse paradoxo é resultado de entraves institucionais, altos custos em pesquisa e a ausência de políticas industriais robustas (Rodrigues, 2016). A redução dessas barreiras, aliada ao estímulo da produção nacional, poderia fomentar o desenvolvimento de categorias tradicionais de produtos fitoterápicos, explorando a biodiversidade brasileira e impulsionando o mercado de biofármacos. Essa expansão deve ocorrer em paralelo à qualificação dos serviços de saúde, de modo que os fitoterápicos e plantas medicinais sejam integrados à atenção básica, não apenas como terapias auxiliares, mas também como tratamentos principais, promovendo o bem-estar do paciente com eficácia e menor custo.

O avanço da fitoterapia no Brasil também está relacionado à sua institucionalização como política pública. Ribeiro (2015) analisou a trajetória da fitoterapia no SUS e identificou dois momentos distintos: uma fase anterior à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), marcada pela predominância dos saberes populares, e uma fase posterior, de forte institucionalização e inserção da fitoterapia dentro da lógica biomédica. O autor destaca o papel do SUS como macrossistema de saúde capaz de integrar diferentes racionalidades médicas, mas alerta para os conflitos entre as práticas populares e o aparato técnico-científico dominante.

Como parte da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), o Ministério da Saúde incorporou, em 2007, fitoterápicos à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), totalizando atualmente 12 produtos com financiamento público (Souza, et al., 2016). Entretanto, como qualquer medicamento, os fitoterápicos podem provocar efeitos adversos. De acordo com Carvalho et al. (2008), a ANVISA registrava, até 2007, 512 medicamentos fitoterápicos, dos quais 432 eram simples e 80 compostos, com predominância de formas farmacêuticas sólidas, como cápsulas (47,1%) e comprimidos (20,62%).

Caccia-Bava et al. (2017) demonstraram o crescimento do uso de fitoterápicos na atenção básica: em 2003, apenas 12 municípios do Estado de São Paulo utilizavam a fitoterapia com incentivo municipal; já em 2017, esse número saltou para 104 municípios, segundo dados do PMAQ.

Dada a institucionalização da fitoterapia como política pública, tornou-se necessária a capacitação dos profissionais do SUS. Haraguchi et al. (2020) apontam que, em 80% dos programas analisados no Brasil, médicos relataram não prescrever fitoterápicos por falta de conhecimento. Além disso, 71% dos profissionais indicaram que cursos de formação poderiam aumentar a adesão ao uso. Como resposta, o Ministério da Saúde lançou, em 2012, um curso a distância voltado a médicos do SUS, com 313 participantes e 61% de conclusão.

Dessa forma, a ampliação segura e efetiva da fitoterapia na Atenção Primária depende da articulação entre formação profissional contínua, políticas públicas estruturadas, práticas territoriais sustentadas e vigilância quanto aos riscos do uso não orientado. A valorização dos saberes populares deve caminhar ao lado da racionalidade científica, garantindo cuidado integral, seguro e culturalmente sensível.

Segurança no Uso dos Fitoterápicos

Embora a fitoterapia represente um recurso terapêutico acessível e culturalmente valorizado, seu uso indiscriminado pode acarretar riscos à saúde. Em estudo com população rural, Gonçalves et al. (2022) verificaram que mais da metade das espécies utilizadas apresentavam risco de toxicidade e 35,8% podiam interagir com medicamentos alopáticos. Além disso, 51,6% dos usuários não informavam os profissionais de saúde sobre seu uso, expondo-se a potenciais interações medicamentosas prejudiciais.

No contexto hospitalar, Destro et al. (2006) alertam para a elevada frequência de uso de fitoterápicos com ação anticoagulante no pré-operatório, como Ginkgo biloba e alho, sem a devida comunicação ao cirurgião, o que pode resultar em complicações hemorrágicas graves. Esses achados reforçam a necessidade urgente de educação em saúde, além de medidas de farmacovigilância voltadas aos produtos fitoterápicos no SUS.

Mattos et al. (2018), em pesquisa em unidades de Estratégia Saúde da Família em Blumenau (SP), constataram que 96% dos profissionais acreditavam nos efeitos terapêuticos das plantas medicinais, mas 85% desconheciam os fitoterápicos listados na RENAME. A maioria (mais de 80%) já havia indicado essas terapias baseando-se em experiências pessoais, o que demonstra o uso empírico. Além disso, 98% mostraram interesse em aprofundar os conhecimentos na área, o que revela um cenário promissor para ampliação da fitoterapia no SUS.

Vieira (2019), ao entrevistar idosos, observou que 100% dos participantes utilizavam plantas medicinais, geralmente por influência familiar e pela escassez de medicamentos sintéticos em décadas passadas. O estudo também revelou que a orientação profissional sobre o uso dessas plantas é rara, sendo essa uma lacuna significativa no cuidado prestado.

Nascimento Junior et al. (2016), em estudo quantitativo, revelaram que cerca de 65% dos profissionais de saúde, em entrevista, não sabiam diferenciar fitoterápicos de homeopáticos. O dado é alarmante, sobretudo entre farmacêuticos, cuja formação exige esse conhecimento. Resultados semelhantes foram encontrados por Menezes et al. (2012), que identificaram falhas conceituais em 70,7% dos profissionais avaliados.

A avaliação das competências dos profissionais da saúde é fundamental para a expansão segura da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). Souza; Fonseca e Araujo (2020) enfatizam que, embora o uso de terapias complementares esteja crescendo, o ensino da fitoterapia ainda é incipiente na maioria dos cursos. Ao introduzir essa temática nas formações acadêmicas, é possível despertar o interesse dos estudantes e oferecer maior segurança para que atuem no SUS, respeitando o direito de escolha terapêutica dos usuários.

O uso indiscriminado de fitoterápicos, sem acompanhamento profissional, pode ser prejudicial. Silva (2021) alertam para os riscos de toxicidade e interações medicamentosas, reforçando a importância de orientação médica. Assim, é evidente que a formação continuada e a inclusão da fitoterapia nos currículos da saúde são indispensáveis para o avanço seguro dessa prática no Brasil.

Educação e Capacitação Profissional

Diversos estudos apontam a carência de conhecimento técnico por parte dos profissionais da saúde sobre o uso seguro e eficaz da fitoterapia. Em Blumenau, Mattos et al. (2018) verificaram que, embora 96,2% dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) confiem nos efeitos terapêuticos das plantas medicinais, 85,4% desconhecem sua presença na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), o que evidencia lacunas significativas na formação profissional. De forma semelhante, em Petrolina-PE, apenas 36,5% dos profissionais se sentem aptos a prescrever fitoterápicos (Nascimento Junior et al., 2016).

Essa deficiência na formação inicial também foi evidenciada por Dutra (2009), que constatou que apenas 17% dos profissionais de saúde de Anápolis-GO fazem uso das plantas medicinais em sua prática clínica, sendo a Portaria nº 971/2006; que institui a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC); amplamente desconhecida entre os entrevistados. Em contrapartida, Haraguchi et al. (2020) demonstraram que a capacitação profissional tem potencial transformador: após a realização de um curso sobre plantas medicinais e fitoterapia, profissionais da rede pública de São Paulo relataram maior aceitação da prática, aumento nas prescrições e realização de atividades educativas como hortas e rodas de chá.

A capacitação dos profissionais de saúde é essencial para garantir o uso seguro e eficaz dos fitoterápicos. Nascimento Junior et al. (2016) destacam a necessidade de formação específica desses profissionais, principalmente no que se refere à prescrição, indicação, posologia e possíveis efeitos adversos, apontando o despreparo de muitos para essa prática. Segundo os autores, a inclusão da fitoterapia nas grades curriculares dos cursos da área da saúde e o investimento em pesquisa sobre fitofármacos são fundamentais, especialmente considerando a vasta biodiversidade do Brasil.

Cursos de capacitação sobre plantas medicinais e fitoterápicos são cruciais para reduzir inseguranças no uso dessas práticas. Gonçalves et al. (2022) e da Glória Dutra (2009) ressaltam que as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) devem ser incorporadas ao currículo de formação para estimular o interesse dos profissionais e garantir a segurança dos pacientes. Muitos vegetais possuem efeitos tóxicos e interações medicamentosas perigosas, tornando necessário o estabelecimento de protocolos clínicos com base em conhecimento técnico.

Por fim, da Silva Moraes; Coelho e Viana (2023) ressaltam que a fitoterapia ainda é uma prática incipiente na formação dos profissionais de saúde, muitas vezes oferecida apenas em instituições privadas. Isso levanta a questão: os profissionais da

Atenção Primária possuem conhecimento suficiente para integrar, de forma segura, o uso de plantas medicinais e fitoterápicos ao cuidado em saúde? Diante disso, observa-se que o avanço da fitoterapia no Brasil está condicionado a um conjunto de fatores: formação adequada dos profissionais, integração entre políticas públicas, reconhecimento dos saberes tradicionais e institucionalização responsável dessas práticas nos serviços de saúde. A legitimação da fitoterapia como prática terapêutica efetiva e segura depende, portanto, da articulação entre conhecimento técnico, saber popular e compromisso político com a promoção da saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A fitoterapia é considerada uma alternativa por muitas comunidades brasileiras que buscam se afastar da medicina tradicional, mas que ainda necessitam de cuidados e recorrem às plantas medicinais como recurso terapêutico. Os estudos sobre essa prática revelam seu potencial para complementar o cuidado aos pacientes, ao unir o conhecimento científico e o saber popular em benefício comum.

É essencial que os profissionais de saúde adquiram conhecimentos específicos para aplicar a fitoterapia de forma segura e eficaz, garantindo o uso adequado dos medicamentos, evitando desperdícios por vencimento do prazo de validade e prevenindo a desvalorização injusta dessa prática nos sistemas de saúde. O cuidado com os pacientes deve ir além do aspecto físico. Ao compreender seus hábitos, formas de pensar e crenças, é possível oferecer também um cuidado afetivo, promovendo conforto e acolhimento. A combinação do conhecimento empírico, oriundo das experiências cotidianas, com o saber técnico dos enfermeiros, resulta em um atendimento mais completo e humanizado.

A atuação de um profissional capacitado e qualificado em fitoterapia contribui para a promoção de uma população mais saudável e menos vulnerável aos efeitos adversos dos medicamentos. Para garantir qualidade na assistência prestada, a fitoterapia e o uso de plantas medicinais representam práticas terapêuticas eficazes e de baixo custo, tornando-se acessíveis às populações de menor poder aquisitivo. No entanto, é imprescindível a criação de protocolos de atendimento que incluam a avaliação da evolução clínica dos pacientes em relação ao uso da fitoterapia, observando quadros de melhora ou piora.

Profissionais habilitados e seguros de seu conhecimento oferecem um cuidado integral, valorizando seu currículo e conquistando reconhecimento em sua trajetória profissional. Esses profissionais são capazes de desenvolver protocolos, informar sobre os benefícios e riscos, evitar o uso indiscriminado de plantas medicinais e fitoterápicos, orientar sobre a qualidade dos produtos e seus prazos de validade, além de identificar e barrar o uso de fitoterápicos que possam interagir negativamente com medicamentos convencionais. Assim, são aptos a atuar com crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de reestruturar as bases curriculares dos cursos da área da saúde, a reorganização curricular é fundamental para assegurar que os profissionais estejam preparados para atuar com competência e qualidade. A educação, voltada para acadêmicos, profissionais e usuários do SUS, é a chave para o uso racional e adequado da fitoterapia, possibilitando sua ampliação no sistema de saúde público. A introdução das terapias complementares, incluindo plantas medicinais e fitoterapia, nos currículos dos cursos da área da saúde pode despertar o interesse dos universitários em adquirir conhecimento científico e, ao mesmo tempo, oferecer maior segurança para que esses futuros profissionais atuem

no SUS, assegurando o direito de escolha entre diferentes formas de tratamento.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a organização e aquisição de materiais, a capacitação de profissionais e o desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão sobre plantas medicinais no âmbito estadual. Para promover a integração entre o saber tradicional e a medicina acadêmica, é importante analisar as diretrizes que nortearam a implementação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterapia no SUS. Essas diretrizes destacam a relevância das etnociências na busca por novos fitofármacos, evidenciando a cooperação entre diferentes formas de conhecimento em benefício da saúde.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FUNCAP. Interesse por plantas medicinais é crescente. 2011. Disponível em: <https://www.funcap.ce.gov.br/2011/01/21/interesse-por-plantas-medicinais-e-crescentenomundo/#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,para%20a%20cura%20de%20doen%C3%A7as>. Acesso em mar. de 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Orientações Sobre o Uso de Fitoterápicos e Plantas Medicinais. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt.br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em abr. de 2025.

CACCIA-BAVA, Maria do Carmo Gullaci Guimarães et al. Disponibilidade de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais nas unidades de atenção básica do Estado de São Paulo: resultados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1651-1659, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/g9SWrmq4dhrQKgYpLYR9sKh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mar. de 2025.

CARVALHO, Ana CB et al. Situação do registro de medicamentos fitoterápicos no Brasil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, p. 314-319, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/BckdsqPkMhwqMwzFzNmQP4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mar. de 2025.

COSTA, Ana Paula da. A utilização de plantas medicinais na região nordeste do Brasil: uma revisão. 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/18989>. Acesso em abr. de 2025.

DA GLÓRIA DUTRA, Maria. PLANTAS MEDICINAIS, FITOTERÁPICOS E SAÚDE PÚBLICA: UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EM ANÁPOLIS, GOIÁS. 2009. Disponível em: <https://unievangelica.edu.br/gc/imagens/file/mestrados/dissertacaoMariadaGloria.pdf>. Acesso em abr. de 2025.

DA SILVA MORAIS, Victor Emanuel; COELHO, Isadora Sayonara Ferreira; VIANA, Camilla Lohanny Azevedo. Percepção dos enfermeiros da APS sobre o uso da

fitoterapia no tratamento complementar das DCNTS. **Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**, v. 3, n. 5, p. 120-138, 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/revista-praticas-interativas/article/view/1372>. Acesso em out. 2024.

DESTRO, Marco Willians Baena et al. Estudo da utilização no pré-operatório de medicamentos ou drogas fitoterápicas que alteram a coagulação sanguínea. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 33, p. 107-111, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/973rYBwhMQdNHsD6KrWrGkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em fev. de 2025.

FERREIRA, Eberto Tibúrcio et al. A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 3, p. 1511-1523, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1383>. Acesso em abr. de 2025.

GONÇALVES, Rodrigo Noll et al. Plantas medicinais na atenção primária à saúde: riscos, toxicidade e potencial para interação medicamentosa. **Revista de APS**, v. 25, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.16611>. Acesso em abr. de 2025.

HARAGUCHI, Linete Maria Menzenga et al. Impact of the training of professionals from São Paulo public health system in phytotherapy practice. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 01, p. e016, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/LhQmyY5gvq6rPct9bdfqzMP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em mar. de 2025

MATTOS, Gerson et al. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3735-3744, 2018. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-812320182311.23572016. Acesso em mar. de 2025.

MENEZES, Valdenice Aparecida de et al. Terapêutica com plantas medicinais: percepção de profissionais da estratégia de saúde da família de um município do agreste pernambucano. **Odonto (São Bernardo do Campo)**, p. 111-122, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/odontologia/resource/espt/lil-790167>. Acesso em mar. de 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plantas Medicinais e Fitoterápicos. s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos>. Acesso em abr. de 2025.

NASCIMENTO JÚNIOR, B. J. et al. Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 18, p. 57-66, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/DqbDqrRWkNPMXck7KcQvNGg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em abr. de 2025.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Território e macrossistema de saúde: os programas de fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). **Campinas: Universidade Estadual de Campinas**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2015.954445>. Acesso em abr. de 2025.

RODRIGUES, Waldecy. Competitividade e mudança institucional na cadeia produtiva de plantas medicinais no Brasil. *Interações (Campo Grande)*, online, v. 17, n. 2, p. 267-277, jun./2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/ZPzYrnHKRLB4SZfYVqkrBPR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em nov. de 2024.

SILVA, Lucas Patrick Alves. Riscos da automedicação: uma breve revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 112552-112560, dez. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/169>. Acesso em mar. de 2025.

SOUZA, Armando Eduardo de et al. Plantas medicinais e tecnologias sociais para o desenvolvimento local na Amazônia: a experiência do estado do Amapá. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/9686/1/Dissertacao_PlantasMedicinaisTecnologias.pdf. Acesso em abr. de 2025.

DE SOUZA, Nayane Dias; FONSECA, Hugo Maia; DE ARAÚJO MADALENA, Lindon Jhonsom. A importância da formação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso de fitoterápicos e plantas medicinais: uma revisão sistemática. **Multidebates**, v. 4, n. 6, p. 270-282, 2020. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/326>. Acesso em mar. de 2025.

VIEIRA, Amanda De Souza. Conhecimento popular do uso de plantas medicinais por idosos. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202348/TCC%20Conheciment%20popular%20do%20uso%20de%20plantas%20medicinais%20por%20idosos.pdf?sequence=1>. Acesso em abr. de 2025.